

# PARA UMA TIPOLOGIA DA ORAÇÃO RELATIVA (I) ESTRATÉGIAS PARA AS ORAÇÕES RELATIVAS

Christian Lehmann

## SÍNTESE

Uma oração relativa tem por função formar designações para classes de objetos e constitui, juntamente com o seu antecedente, uma construção endocêntrica que atua como nome, tendo como representante o antecedente que é o NÚCLEO. Esta definição leva ao desenvolvimento de uma estrutura-base funcional, para cuja conversão morfosintática as línguas desenvolvem diversas estratégias. São comparadas as estratégias do dieguenho, hitita, latim e malgaxe, com vista à solução de dois problemas de conversão da estrutura-base: o de identificar o NÚCLEO e o de atender à possibilidade de diferentes funções sintáticas do NÚCLEO e da construção total. Por fim, mostra-se como se apresenta o problema da determinação nas orações relativas, partindo da estrutura desenvolvida.

## ÍNDICE

1. A estrutura-base / 3
2. A conversão da estrutura-base / 8
  - 2.1. O problema do NÚCLEO / 8
    - 2.1.1. A estratégia do dieguenho / 8
    - 2.1.2. A estratégia do hitita / 10
    - 2.1.3. A estratégia do latim / 12
  - 2.2. O problema da função sintática dos nominais / 15
    - 2.2.1. A estratégia do latim / 15
    - 2.2.2. A estratégia do hitita / 16
    - 2.2.3. A estratégia do dieguenho / 17
    - 2.2.4. A estratégia do malgaxe / 17
  - 2.3. O problema da determinação e da quantificação / 20
3. Problemas e estratégias / 24
4. Bibliografia / 25

1. Versão revista e levemente abreviada de um ensaio que apareceu, em alemão, em Sellen, H. (ed.), *Language Workshop III. Arbeiten des Kölner Universalienprojekts* 1974; München: Wilhelm Fink, 1978. Agradeço a Ana Sapizo e Erika Schulz a ajuda prestada com a tradução.

## 1. A estrutura-base

A função mais geral de línguas naturais é a da significação, isto é, elas têm de construir significados, associá-los a significantes e assim criar signos. Alguns destes signos são conceitos, portanto expressões que designam classes de objetos (existentes ou pensados). O léxico põe à disposição um inventário de tais conceitos, mas a divisão do mundo daí resultante em classes de objetos ainda não satisfaz todos os objetivos da significação: por um lado devem-se designar elementos isolados ou sub-classes das classes apresentadas pelo léxico, por outro lado, devem-se designar objetos que, de forma alguma, são incluídos nestas classes.

Os conceitos compreendidos no sentido apresentado são nomes. Para satisfazer as exigências da significação a língua tem, portanto, que possuir meios de formar expressões semelhantes a nomes. Estes são, fundamentalmente, de dois tipos: morfológicos e sintáticos. As expressões semelhantes a nomes formadas por processos morfológicos, isto é, aqui, por processos de formação de palavras, são palavras, portanto, também elas próprias são nomes. As expressões semelhantes a nomes formados por processos sintáticos não são necessariamente palavras, mas apenas atuam como nomes numa frase<sup>2</sup>. Para referir-nos, indistintamente, a nomes ou a sintagmas que atuam como nomes, servir-nos-emos do termo 'nominal' (NOM), introduzido por Stockwell et al. (1973:435ss) para designar o que resta de uma locução nominal (NP) quando se tira o determinante (DET), e o que nem sempre é um simples nome (N).

Detenhamo-nos nos nominais compostos. Vamos estabelecer neles uma dicotomia semântica — proveniente da intuição — de objetos vs. situações, ordenando a esta uma dicotomia sintática de orações relativas vs. orações substantivas.

Na investigação deixaremos de fora um dos pares provenientes disto, as situações e as orações substantivas que servem para a sua designação. Abordemos agora o problema da oração relativa (OR) como um meio da significação no qual podemos distinguir três aspectos: 1. o aspecto funcional ou teleonômico<sup>3</sup> que no caso da oração relativa principalmente não se refere à função comunicativa da língua, mas sim à significativa; 2. o aspecto semântico, que se refere à estrutura do significado de ORs; 3. o aspecto sintático que diz respeito aos constituintes da construção e à sua distribuição.

2. cf. Beauvieux (1957:222) que, também referindo-se às orações relativas, diz: "Les unités complexes de la phrase peuvent, en vertu de leur fonction, se distribuer dans les mêmes classes de formes où sont rangées les unités simples, ou mots, en vertu de leurs caractères morphologiques".

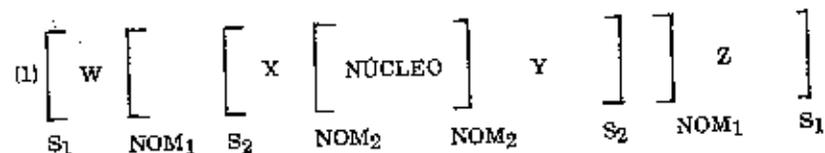
3. Para este conceito cf. Sellen 1973: 9-13.

1. Função: É exigido um meio lingüístico para a formação de expressões complexas que designam objetos e ocupam na frase o lugar de um nome.

2. Semântica: Tais expressões são formadas num procedimento que parte de um nome e predica algo acerca deste <sup>4</sup>.

4. Sintaxe: Portanto é exigida uma construção que, na verdade, seja constituída por uma frase <sup>5</sup>, mas que, por outro lado, seja de tal modo endocêntrica <sup>6</sup> que o ponto de partida e o eixo desta frase e com isso o representante da construção seja um nome e, por conseguinte, atue como um nome na oração principal <sup>7</sup>.

Podemos resumir o essencial dos três aspectos da OR numa estrutura-base (EB) que adequadamente se deveria designar como uma "estrutura semântico-sintática funcional":



Esta estrutura, como dissemos, não é puramente sintática <sup>8</sup>, embora apresente esse aspecto. Ela não predetermina a forma superficial das construções de ORs de cada língua, mas representa só aquilo que lhes é essencialmente comum no aspecto funcional, semântico e sintático.

Designamos  $S_1$  a oração principal e  $S_2$  a OR. Em 2.3. será esclarecido por que razão utilizamos "NOM" em vez do habitual "NP". Aqui só deverá ficar lembrado que de um NP faz parte um determinante que por agora não vai ser levado em consideração.

O conceito de NÚCLEO terá que ser esclarecido mais pormenorizadamente. Seiler (1960:9) introduz, para construções endocêntricas, os dois conceitos seguintes: "Denominamos *núcleo* aquele elemento de

4. Com isto é tocado o problema de atribuição. Não é investigada a questão sobre em que respeito as ORs são atribuídas para os antecedentes. As opiniões aqui defendidas são válidas sem modificação também para ORs sem um antecedente na superfície, que dificilmente podem ser interpretadas como atributo de qualquer coisa.

5. Isto é válido em primeira linha para a estrutura-base (ver adiante) e só em forma modificada para as formas superficiais de cada língua.

6. "An endocentric construction is one whose distribution is identical with that of one or more of its constituents" Lyons 1968: 231sg.

7. Em Schachter 1973:43 já se encontram indícios de uma tal descrição de ORs.

8. Para a sua compreensão inicial, devemos libertar-nos especialmente da forma superficial da OR em línguas como o português, inglês, latim etc.

um sintagma que pertence à mesma classe de substituição de todo o sintagma (portanto o representante); porém, o outro elemento que não satisfaz esta condição (o 'resto'), denominamos *satélite*"<sup>9</sup>.

Fica claro que NÚCLEO aqui designa um conceito puramente sintático. Foi introduzido inicialmente em relação às ORs alemãs e exemplifica-se da seguinte maneira:

- (2) (a) Os cães que são maus devem ficar na jaula.  
(b) Os cães devem ficar na jaula.  
(c) \*que são maus, devem ficar na jaula.

É evidente que o substantivo *cães*, que satisfaz a condição de um núcleo, é precisamente aquele que na construção total representa o papel de eixo entre a OR e a oração principal, e este é justamente o motivo do seu estado de núcleo. Se tomarmos agora uma OR do latim construída de forma ligeiramente diferente,

(3) Qui canis valde latraverat, conclusi<sup>10</sup>.

"O cão que tinha ladrado alto fechei numa jaula."

Identificaremos, sem dificuldade, *canis* como sendo o substantivo axial <sup>11</sup>, mas *canis* não satisfaz a definição de núcleo como um conceito de sintaxe superficial, visto que, suprimindo o satélite, deveria aparecer a forma *canem*.

Para aproveitar o conceito também na comparação de línguas, proponho a introdução de NÚCLEO em relação a uma EB como (1) <sup>12</sup>. Segundo isto, o NÚCLEO de uma OR é aquele nominal (substantivo ou pronome) dentro de  $\text{NOM}_1$  em (1) que, no aspecto semântico, se caracteriza melhor através de  $S_2$  e, no aspecto funcional, serve de base à formação de um novo conceito. Por razões que serão apresentadas em 2.1. não é possível complementar esta caracterização semântica e funcional do conceito por uma caracterização sintática *uniforme*.

O que diferencia as ORs das orações substantivas é a marcação de um NOM em  $\text{NOM}_1$  como NÚCLEO <sup>13</sup>. Ela garante que, como argumento da predicação, em  $S_1$  não apareça uma situação, mas sim um objeto, portanto, não simplesmente  $S_2$ , mas sim  $\text{NOM}_2$  caracterizado por  $S_2$ . Isto pode-se explicar melhor no seguinte exemplo.

9. Lyons (1968: 233) utiliza os termos sinônimos "head" e "modifier".

10. Exemplos do corpus são (14) e (15) (2.1.2.).

11. Formenores v. 2 1.2.

12. Este desenvolvimento do conceito de núcleo já é assinalado em Seiler (1960:12). Schachter (1973: 42) também denomina as ORs endocêntricas; mas visto que isto não se verifica em todas as estruturas superficiais das ORs — como acabamos de demonstrar —, só se pode referir a uma EB.

13. cf. Schachter 1973:43.

(4) (a) que ele descobriu as órbitas elípticas dos planetas

(b) quem descobriu as órbitas elípticas dos planetas

Ambas as frases são orações encaixadas; (a) designa uma situação e é uma frase substantiva, (b), em contrapartida, não designa situação — em especial aquela designada por (a) —, embora tenha a forma de uma frase; designa sim um objeto, aquele sobre o qual recai a predicação. Isto só é possível em consequência do estado de NÚCLEO de um nome em (b), mais precisamente do pronome *quem*<sup>14</sup>.

Uma característica essencial de (1) é que o NOM relativizado só aparece uma vez (NOM<sub>2</sub>), enquanto que em descrições feitas até aqui se trabalhou com dois N, ou seja NP, de referências idênticas, e deles um foi pronominalizado ou anulado. Isto conduziu a várias dificuldades insolúveis como as dos dois exemplos seguintes:

a) O postulado da identidade referencial de dois NP na EB colocada leva a erradas interpretações semânticas. Por exemplo, para (5) teria que se colocar a EB (6):

(5) Todos os lingüistas que leram *Aspects* aprenderam tudo.

(6)  $\left[ \left[ \begin{array}{l} \text{Todos os lingüistas} \\ S_1 \text{ NP}_1 \end{array} \right] \left[ \begin{array}{l} \text{todos os lingüistas leram } \textit{Aspects} \\ S_2 \text{ NP}_1 \end{array} \right] \right]$

$\left. \begin{array}{l} \text{aprenderam tudo} \\ S_1 \end{array} \right\}$

Fica claro que uma interpretação semântica de (6) não transmite o sentido de (5)<sup>15</sup>. Este problema nem se põe numa descrição baseada em (1); para a questão dos determinantes e quantificadores ver 2.3.

b) A colocação fora da OR de um antecedente, cuja introdução é obrigatória nas regras de formação, enquanto que a expansão através da OR é opcional, torna particularmente difícil explicar a diferença em gramaticalidade entre (7) (a) e (b).

(7) (a) The headway they made was considerable.

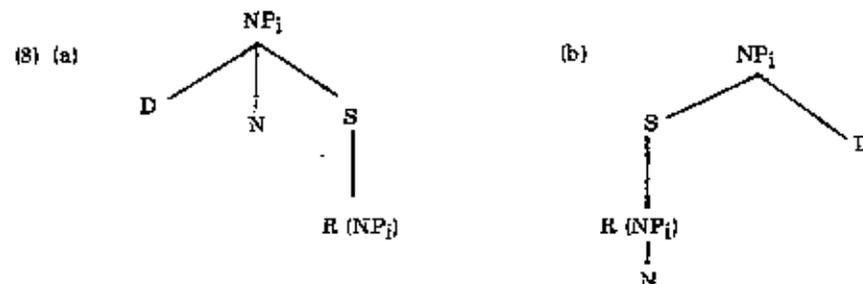
(b) \*The headway was considerable.

14. Quem não é núcleo no sentido de Sells. Cf. Sells 1960:12

15. Naturalmente há muito tempo que este problema é conhecido e já se tentaram diversas soluções de emergência. Uma solução típica do procedimento usado na gramática gerativa transformacional é a seguinte: as ORs cujo antecedente é quantificado são separadas das outras. Para estas será mantido o postulado de identidade referencial, para aquelas é exigida outra derivação, a saber uma de orações condicionais. (Formalmente ver Steckweil/Schachter/Porter 1973:423-434.) Abstrahido da problemática fundamental de uma tal operação, as condições prévias não estão conformes também em determinados casos. Por exemplo, a OR "All students who can spell decently will pass the course" não é sinônima da oração condicional "All students will pass the course if they can spell decently" (op. cit. págs. 429-431). Isto não quer dizer que as ORs e as orações condicionais não apresentem elementos fundamentais comuns.

Este problema também não existe numa descrição que opera com (1), pois não prevê qualquer separação de um nome de uma expressão idiomática<sup>16</sup>.

Que eu saiba, foi Fauconnier (1971:77-80) quem primeiro apresentou a hipótese da possibilidade de descrição de ORs com uma EB em que o nominal relativizado só apareça uma vez. Ele, aliás, não trabalha com NÚCLEO, mas sim com uma atribuição complexa de índices de referência, segundo a qual os NP que, em sua estrutura, correspondem aos nossos NOM<sub>1</sub> e NOM<sub>2</sub>, são idênticos em referência. As duas estruturas sintáticas (8) (a) e (b), segundo a sua teoria, são logicamente equivalentes (Fauconnier 1971:78).



Considerando sob o ponto de vista lógico, (8) (a) e (b) seriam alternativas sintáticas de entre as quais as línguas poderiam escolher<sup>17</sup>. Neste estudo demonstrar-se-á que se poderá tornar útil a concepção de uma comparação interlingual de construções de ORs em que se baseia tal observação, se se trabalhar com o conceito de NÚCLEO, em vez de se empregar índices de referência.

Seja qual for o estado do símbolo NÚCLEO em (1) ou em qualquer gramática, fica claro que ele é relevante para a interpretação semântica. Para além das caracterizações informais até aqui dadas da função semântica de NÚCLEO nada mais se pode dizer, por agora, que possa ser relevante para uma semântica intensional<sup>18</sup>. Por outro lado, para uma semântica extensional, isto é, uma semântica de referência, a hipótese de Chafe (1970:288-291) parece ser útil; segundo esta, existe uma relação partitiva entre o NÚCLEO e a frase restante (o satélite) em S<sub>2</sub> de (1). Quer dizer, os objetos denotados pelo NÚCLEO formam um conjunto de partida do qual se

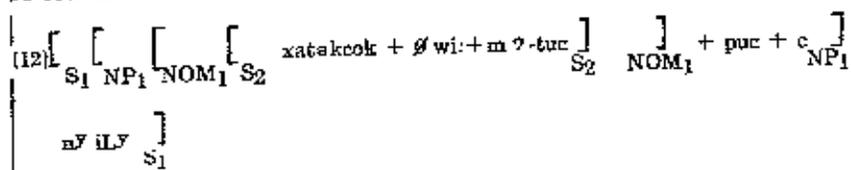
16. São apresentados por Schachter (1973:31-33) este argumento e um outro, contrariando a análise feita até aqui e defendendo que o antecedente só apareça uma vez na EB.

17. (8) (a) correspondida, por exemplo, à estratégia latina (ver 2.1.3.) e (b) à do diágrma (ver 2.1.1.).

18. Em todo o caso, a comparação de NÚCLEO com FOCO apresentada por Schachter (1973, especialmente Sec. 4) mostra que é comum a ambos um momento de foregrounding — aliás, de lábia, puramente intuitivo.



A estrutura sintática é (12).



Aqui S<sub>2</sub> contém dois nomes, "cão" e "pedra", e cada um deles poderia ser "preto", de tal modo que, segundo as condições semânticas e sintáticas existentes, cada um deles poderia ser NÚCLEO de S<sub>2</sub>. Em consequência disto, (11) tem duas interpretações:

- (a) "O cão que eu atingi com a pedra era preto".  
 (b) "A pedra com que eu atingi o cão era preta."

Vê-se que a estratégia do dieguenho não põe à disposição meios morfossintáticos próprios para a solução do problema de NÚCLEO 23 e, assim, a solução fica reservada ao contexto lingüístico. Gorbet mostra que alguns dialetos do dieguenho solucionam o problema, utilizando estratégias que, por um lado, não se afastam muito da relação (1) : (10), mas que se aproximam das soluções descritas em 2.1.2. e 3.24.

### 2.1.2. A estratégia do hitita

As orações relativas do hitita apresentam vários tipos, alguns dos quais, aparentemente, apenas se devem interpretar como variantes, enquanto outros se relacionam forçosamente com diferenças de sentido. O pronome relativo, por sua vez, é comum a todos estes tipos e é apresentado em (13), um exemplo do tipo mais usual.

- (13) nu SISKUR, SISKUR kuedani pami issahi  
 os-sacrificios na-qual casa eu-faço  
 nu GISBANŠUR GIBIL kittari (KUB VII 5 II 5s.)  
 , uma-mesa nova colocada-é.  
 "Na casa em que eu faço sacrificios é colocada uma mesa nova."

23. a não ser que Gorbet tenha deixado passar quaisquer fenômenos de colocação em intenção

24. Língua como o bambaya-(grande) ou o basco são interessantes neste aspecto. Ambos têm estratégias que são muito semelhantes à do dieguenho, mas resolvem o problema do NÚCLEO: o bambaya, através de partículas relativas colocadas depois do NÚCLEO (cf. Schaabur 1973:33 e.g., com indicação bibliográfica), e o basco, através da colocação do NÚCLEO no fim de S<sub>2</sub> (cf. Björk 1972).

O nominal relativizado é constituinte da OR, não da oração principal. Ocupa, nela, uma posição que poderia ocupar também numa frase independente; o seu estado de NÚCLEO, portanto, não é expresso sintaticamente. O pronome relativo *kuedani* é o instrumento morfológico que satisfaz este objetivo, e de dois modos: primeiro concorda em gênero, número e caso com o substantivo relativizado, e segundo está imediatamente junto dele. É claro que isto é um procedimento redundante: uma partícula relativa independente, que está sempre junto do NÚCLEO, ou, por outro lado, um pronome relativo cuja posição na frase não depende da do NÚCLEO, mas que, através da concordância se refere a este, tanto fim como o outro satisfaria completamente o objetivo. Veremos em 2.2.1. como esta redundância pode ser utilizada para outros objetivos.

A estratégia do hitita também existe no latim, mas desempenha um papel secundário. (A estratégia principal do latim será tratada no próximo capítulo.) Um exemplo típico é (14).

- (14) Quae pars hostium confertissima est visa, irrumpit.  
 Qual parte dos-inimigos mais-apinhada apareceu, ele-invade.  
 (Caes. B.G. 5,44,4)

"Ele precipitou-se nos inimigos no lugar em que eles pareciam estar pertíssimos uns dos outros."

O NÚCLEO da OR é, como no hitita, marcado por um pronome relativo que concorda com o NÚCLEO e está imediatamente junto dele. A estratégia utilizada em (14) apresenta, além disso, uma terceira marcação do NÚCLEO, a da sua anteposição. Porém, esta forte redundância desaparece se, como em (15), a colocação do NÚCLEO não estiver vinculada nem ao pronome relativo, nem ao começo da OR.

- (15) Quae prima innocentis mihi  
 Qual (como-) primeira de um inocente a mim  
 defensio est oblata suscepi (Cic. Sull. 92)  
 defesa foi oferecida eu-aceitei

"A primeira defesa de um inocente que me foi confiada, eu aceitei."

Aqui, para a identificação do NÚCLEO, só fica o dispositivo morfológico da concordância. Pois se se modificasse o caso do pronome relativo em (15), de uma maneira que fizesse sentido, como, por exemplo, em (15')

- (15') Cuius prima innocentis mihi defensio est oblata, suscepi.

só ficaria a possibilidade de interpretar *innocentis* como o NÚCLEO e a frase teria o sentido

"Eu recebi o inocente cuja defesa me foi confiada em primeiro lugar".

É sabido que a rica morfologia e, por conseguinte, a sua possibilidade de, por si só, identificar funções semântico-sintáticas, condicionam a livre colocação das palavras no latim. Por isso, as indicações adicionais do NÚCLEO, através de fenômenos de colocação, em (14) devem-se, provavelmente, compreender antes como redundância de sistema do que como marcações independentes.

### 2.1.3. A estratégia do latim

O latim representa aqui uma série de línguas, entre as quais línguas indo-europeias como o português e o inglês, que têm estratégias semelhantes, se bem que não tenham sido desenvolvidas de forma tão conseqüente, (16) é um exemplo deste tipo.

(16) Gallia est omnis divisa in partes tres, quarum unam incolunt Belgae. (Caes. B.G. 1,1,1)

"A Gália como um todo está dividida em três partes, uma das quais é habitada pelos belgas".

O NÚCLEO aqui está precisamente no limite entre a OR e a oração principal — uma colocação que otimamente corresponde ao seu papel de eixo —, mas é claro que ele é constituinte da oração principal. E isto vê-se não só na desinência de caso, mas também no fato de ele não estar ligado à posição imediatamente antes da OR, como vamos ver claramente em (17).

(17) Clusini legatos Romam, qui auxilium ab senatu peterent, miserent. (Liv. 5,35,4)

"Os Clusinos enviaram emissários a Roma que tinham como missão pedir ajuda ao senado".

Aqui o NÚCLEO está separado da OR por um constituinte da oração principal.

É digno de salientar que a estratégia do latim e de outras línguas que utilizam processos semelhantes admite uma definição de NÚCLEO, no sentido apresentado por Seiler<sup>25</sup>. E, contudo, parece que a estratégia do latim, como vai ser demonstrado em 2.2.1., não serve, em primeiro lugar, para a identificação do NÚCLEO. Pois, se bem que o afastamento do NÚCLEO da OR seja uma forma de se

salientar perante o satélite<sup>26</sup>, este ainda não admite identificação inequívoca dele nos casos em que a oração principal contenha outras locuções nominais.

Por isso, são necessárias estratégias suplementares. Em primeiro lugar deverá indicar-se a concordância em gênero e número com o pronome relativo como se pode ver em (16) e (17). Na maioria dos casos acrescenta-se ainda a colocação da OR imediatamente depois do NÚCLEO, que (16) apresenta. Mas também uma frase como (17), onde nem a concordância indica um NÚCLEO — *Clusini* também podia ser considerado — nem a OR segue imediatamente o NÚCLEO, mesmo tal frase pode ser clara se a estrutura semântica ou o contexto ajudarem.

Comparando esta estratégia com a do hitita, vê-se que, em ambos os casos, o pronome relativo contribui para a marcação do NÚCLEO, mas enquanto na estratégia do latim não aparece nenhuma redundância, na do hitita ficou-se com a impressão que o pronome relativo não estava "preenchido". Na verdade, o hitita também tem a possibilidade de construir ORs segundo o tipo principal do latim. Pois, por um lado, temos frases como (18).

(18) Ê.MEŠ DINGIR.MEŠ- yatta kue iyami  
Os-templos também-te que eu-faço  
saklaussa kues iyami nuzakan DU  
decretos-também que eu-faço, PARTÍCULAS, deus da tempestade

Pihassasis, EN-IA para duskati (KUB VI 46 IV 31ss.)

Pihassasis, Senhor-meu, com-isso alegrar-te-ás.

"Também com os templos que eu te construo e os decretos que eu passo, com isso, deus da tempestade e meu Senhor, alegrar-te-ás."

Embora aqui os NÚCLEOS de ambas as ORs, Ê.MEŠ DINGIR.MEŠ e saklaus, se encontrem antes dos pronomes relativos respectivos, eles são, no entanto, constituintes das suas ORs, como se pode ver na primeira pela enclítica -ta que só se pode compreender dentro da OR, e na segunda pela desinência de caso.

Em contrapartida há frases como (19),

(19) DUB. HIA-ya kue udanzi nu nesumnili hatreski.  
As-lousas-e as-quais eles-trazem em-hitita escreve

25. Schachter (1973) tem razão, sem dúvida alguma, quando interpreta a anteposição do NÚCLEO (a sua "promotion") como sendo um processo que serve o "foregrounding". Mas também não tem razão quando quer tornar universalmente obrigatória esta formação de OR (p.36s.). Há, como podemos ver no diácono, hitita ou no babilônio por ele discutido, outras estratégias para a solução do problema do NÚCLEO.

"E as lousas que eles trazem, escreve em hitita".

em que a constituição do NÚCLEO não se pode decidir 27.

Em terceiro lugar, também há frases como (20).

(20) nuza DUGGAL.GIR<sub>4</sub> ZAG-az SU-az épzi  
 A-taça-GIR<sub>4</sub> da-direita mão ela-toma,  
 GEŠTIN-san IĂ.GIS LĂL-ya kuedani lahuwan  
 vinho, azeite de olivas, mel-e na qual vertidos-estão

(KUB IX 6 I 9 s.)

"Da mão direita (dele), ela pega na taça GIR<sub>4</sub> na qual estão vertidos vinho, azeite de olivas e mel".

Aqui é claro que o NÚCLEO é constituinte da oração principal. A construção é a mesma da usada na frase (17), que representa o tipo principal do latim.

Se compararmos as frases (13), (18), (19) e (20) nesta ordem, verificamos que, no que respeita à relação entre o NÚCLEO e a OR ou oração principal, elas apresentam uma espécie de continuum e de tal modo que o NÚCLEO se afasta gradual e completamente da OR 28.

(21) [	[	pron. rel. NÚCLEO	]	]	]	(13)
S <sub>1</sub>	S <sub>2</sub>					
[	[	NÚCLEO pron. rel	]	]	]	(18)
S <sub>1</sub>	S <sub>2</sub>					
[	NÚCLEO	[	pron. rel.	]	]	(19)
S <sub>1</sub>		S <sub>2</sub>				
[	NÚCLEO	[	pron. rel.	]	]	(20)
S <sub>1</sub>		S <sub>2</sub>				

Estamos, portanto, perante o fato de duas línguas disporem, em comum, de um continuum de estratégias afins de ORs, estando a estratégia principal de uma língua localizada num fim do continuum e a da outra no outro fim. Além disso vemos que a estratégia do hitita representada por (13) para a solução do problema do NÚCLEO é

27. No caso da OR do hitita, esta impossibilidade de decidir a constituição - independente da questão geral de ser ou não ser admissível a constituição dupla de um formativo, portanto um "improper bracketing", na descrição da estrutura de superfície - não é, desde logo, fundamental, mas, quando rotundo, uma impossibilidade de decidir o caso isolado, dependente do estado de investigação em hititologia. Na frase (19), p. ex., a constituição da DUB. HLA-ya poderia ser decidida se valesse a regra segundo a qual um formativo que se encontra dum lado de ou não pode ser constituinte de uma frase que se encontra do outro lado de ou. Contudo há exemplos que contrariam esta regra, como seja KBO V B.II 16-22. Outros passagens como KUB XV 33 II 27a a constituição do NÚCLEO não pode ser decidida porque aparece escrita como ideograma, sem comentários hititas - não interessa, portanto, sob o ponto de vista lingüístico.

28. Há correspondentes do latim para as quatro fases deste continuum, mas aqui, para sermos breves, não documentaremos esse fato com exemplos.

muito generosa e, por assim dizer, à prova de erros, enquanto que a do latim, uma vez que opere verdadeiramente no extremo representado por (17) mal resolve o problema de NÚCLEO. Contudo não teremos uma impressão apropriada do rendimento das estratégias, se não tomarmos em consideração o fato de elas servirem, simultaneamente, para a solução de vários problemas. Voltemos, portanto, ao segundo problema.

## 2.2. O problema da função sintática dos nominais

O segundo problema para uma manifestação superficial da EB(1) põe-se da seguinte maneira: existem dois nominais, NOM<sub>1</sub> e NOM<sub>2</sub>, sendo um constituinte do outro. Mas como estão em orações diferentes, ou seja NOM<sub>1</sub> em S<sub>1</sub> e NOM<sub>2</sub> em S<sub>2</sub>, também podem ter diferentes funções sintáticas, diversos casos. Se S<sub>2</sub> fosse uma oração substantiva, isto, possivelmente, não ofereceria dificuldades; agora, porém, NOM<sub>2</sub> é NÚCLEO, portanto representante de NOM<sub>1</sub>, e parece ser isto o que torna problemática a manifestação de diferentes funções sintáticas. Pode ser que neste momento da discussão ainda não seja evidente onde é que o problema reside na verdade. Nisso se deve observar que tanto a EB (1) como os problemas que ela oferece às línguas naturais para a realização não se apresentam ao lingüista de forma tão dedutiva como se pretende aqui. Na verdade, só se reconhece alguma coisa como função de significação se se observar que diversas línguas se esforçam evidentemente por preenchê-la 29. Do mesmo modo, reconhecer-se-á melhor em que consiste o problema das funções sintáticas nas ORs, considerando as quatro estratégias seguintes para a sua solução.

### 2.2.1. A estratégia do latim

Retomemos agora a frase (16).

(16) Gallia est omnis divisa in partes tres, quarum unam incolunt Belgae.

Enquanto que a retirada do NÚCLEO da OR não se podia apreciar devidamente como estratégia para a solução do problema de NÚCLEO, vê-se logo que ela resolve o problema das funções sintáticas muito favoravelmente, se — como é o caso no latim — estiver as-

sociada a uma pronominalização na própria oração relativa. Através deste processo obtêm-se duas ocorrências do NÚCLEO, no nosso caso *partes tres e quarum*, um em S<sub>1</sub> e outro em S<sub>2</sub>. Assim, cada um dos nominais pode desempenhar as suas próprias funções sintáticas — em (16) um deles desempenha a função de componente de uma locução preposicional em acusativo, o outro a de um genitivo partitivo. Não importa que as duas funções sintáticas não sejam propriamente desempenhadas duas vezes pelo NÚCLEO, mas sim uma por NOM<sub>2</sub>, o NÚCLEO, e outra por NOM<sub>1</sub>. Precisamente em virtude do seu estado especial de representante de NOM<sub>1</sub>, NOM<sub>2</sub> pode tomar o lugar de NOM<sub>1</sub>, quando se objetiva assinalar casos.

Vê-se o papel importante que o pronome relativo desempenha nesta estratégia. Por outro lado, observamos que na estratégia do hitita o pronome relativo não estava preenchido. Portanto, não nos surpreende observar que o hitita, que bem conhece a estratégia latina, também a utiliza para resolver o problema das funções sintáticas e para melhor aproveitar o potencial existente no pronome relativo. Enquanto na frase (13), que representa a estratégia do hitita, o pronome relativo concorda completamente com o NÚCLEO, em (20), em que a estratégia latina é utilizada, só concorda em gênero e número, enquanto os casos são diferentes. Não se compreende por que razão o hitita não se virou para a estratégia ecônômica do latim, mas sim ficou na sua estratégia bem mais intrincada, que vai ser agora descrita.

### 2.2.2. A estratégia do hitita

Se virmos novamente o exemplo (13),

- (13) nu SISKUR.SISKUR kuedani parni issahi,  
nu GISBANSUR GIBIL kittari.

verificaremos que o problema das funções sintáticas não está resolvido. Pois, em si está bem expresso por desinências de caso — tanto no pronome relativo como no próprio NÚCLEO — que ele desempenha a função de um complemento adverbial locativo em S<sub>2</sub>, mas não a função que NOM<sub>1</sub> desempenha em S<sub>1</sub>; essa conclui-se da estrutura semântica da frase.

Na verdade, (13) não é, neste aspecto, um exemplo perfeitamente típico da estratégia total do hitita. A informação que falta em (13) é dada normalmente e da mesma forma que é dada em (22).

- (22) kuis IKRIBU sarninkuwas nan sarninkanzi.  
Qual promessa tem-que-ser-cumprida, a eles-cumprem.  
“Eles cumprem a promessa que tem que ser cumprida.”

A forma *nan* contém, além da partícula introdutória de oração *nu*, o acusativo singular do pronome pessoal enclítico *-an*, de tal modo que aparecem expressas tanto a função de sujeito de NOM<sub>2</sub> em S<sub>2</sub>, como a de objeto de NOM<sub>1</sub> em S<sub>1</sub>. Tem que se observar que o pronome que atua como portador da função sintática de NOM<sub>1</sub> representa, efetivamente, todo o NOM<sub>1</sub> e não apenas o NÚCLEO de NOM<sub>1</sub>. Portanto, em relação à estratégia latina, a hitita apresenta-se mais intrincada, se bem que mais precisa<sup>30</sup>.

Além disso, comparando (22) com (1) tem que se constatar que a estratégia hitita opera bastante perto da EB, para resolver os dois problemas discutidos. Como dissemos, contudo, ela usa mais elementos do que necessita, podendo haver soluções bem mais simples, como comprova o dieguenho.

### 2.2.3. A estratégia do dieguenho

Retomemos a frase (11)

- (11) xatakco<sup>k</sup> +  $\beta$  wi: + m ?-tuc + pu + c nyily  
cão + OBJ pedra + COM eu-atingir + DEF + SUJ preto

Escolhamos a interpretação (b), na qual *wi:* é NÚCLEO. Como todos os nominais em dieguenho, a palavra *tem* o seu sufixo de caso que expressa a sua função na OR, neste caso a de um complemento adverbial instrumental. Seguem o verbo da OR um determinador e outro sufixo de caso. Este especifica a função de NOM<sub>1</sub> na oração principal e só está junto do verbo porque este (casualmente) termina a oração. Isto quer dizer que o dieguenho trata a oração relativa como um nome, o que corresponde precisamente à EB, e com isto resolve o problema das funções sintáticas da forma mais elegante e mais simples que se pode imaginar.

### 2.2.4. A estratégia do malgaxe

O malgaxe<sup>31</sup> toma um rumo completamente diferente para a solução do problema. A frase

30. Como dissemos, o latim também conhece a estratégia hitita e apresenta no corpus equivalentes exatos de (22).

31. Cf. Keenan 1972.

(23) Nividy ny vary ho an'ny ankizy ny vehivavy.

Comprou o arroz para as crianças a mulher

"A mulher comprou o arroz para as crianças."

contém três nominais que poderiam ser o NÚCLEO de uma OR. Se escolhermos, por exemplo, "a mulher" como NÚCLEO, obteremos a NP

(24) ny vehivavy izay nividy ny vary ho an' ny ankizy

a mulher PART.REL. comprou o arroz para as crianças

"a mulher que comprou o arroz para as crianças".

Alguns traços da estratégia malgaxe já são reconhecíveis por (24): o problema do NÚCLEO resolve-se através da anteposição do NÚCLEO e da inserção de uma partícula relativa indeclinável, *izay*. Na própria OR não resta nenhum vestígio do NÚCLEO que possa resolver o problema das funções sintáticas para NOM<sub>2</sub>; para NOM<sub>1</sub> ele está resolvido pelas regularidades de colocação, que fazem com que (24) ocupe, como qualquer NP, determinadas posições numa oração super-ordenada, dependendo de sua função sintática nela.

Escolhamos outro nominal como NÚCLEO, "o arroz". Pela aplicação dos dispositivos apresentados em (24) obtemos (25).

(25) \*ny vary izay nividy ho an'ny ankizy ny vehivavy

o arroz PART.REL. comprou para as crianças a mulher

Essa construção, porém, é agramatical. O mesmo resulta, se fizermos de "as crianças" o NÚCLEO:

(26) \*ny ankizy izay nividy ny vary (ho an') ny vehivavy

as crianças PART. REL. comprou o arroz (para) a mulher

Se (25) e (26) fossem gramaticais, o problema das funções sintáticas não estaria resolvido. Essas frases são agramaticais porque infringem uma lei que restringe as funções sintáticas de NÚCLEOS em ORs: NOM<sub>2</sub> tem que ser sujeito em S<sub>2</sub>. O sintagma (24) é gramatical porque satisfaz essa restrição.

Portanto, para fins de formar, de (23), uma OR com "arroz" ou "crianças" como NÚCLEO, temos que primeiro transformar a frase de tal modo que esses constituintes cheguem na posição do sujeito. "Arroz" é o objeto em (23); temos, então, que passivar a frase.

(27) Novidin' ny vehivavy hoan'ny ankizy ny vary.

Comprado-por a mulher para as crianças o arroz

O verbo em (27) tem a forma passiva, e "arroz" está em posição de sujeito, no fim da frase. De agora em diante nada mais impede a transformação de (27) num NOM<sub>1</sub>.

(28) ny vary izay novidin' ny vehivavy ho an'ny ankizy

o arroz PART. R. comprado-por a mulher para as crianças

Um caminho paralelo conduz à formação de uma OR com as "crianças" como NÚCLEO. Elas não estão em posição de objeto, de modo que uma passivação não as passaria para a posição de sujeito. O malgaxe, porém, tem uma terceira voz, o circunstancial, que passa complementos adverbiais para posição de sujeito. Se transformarmos (23) devidamente, obtemos:

(29) Nividianan' ny vehivavy ny vary ny ankizy.

Comprado-para a mulher o arroz as crianças.

Em (29), "as crianças" são sujeito, de modo que podem virar NÚCLEO de uma construção relativa, como mostra (30).

(30) ny ankizy izay nividianan' ny vehivavy ny vary

as crianças PART.R. comprado-para a mulher o arroz

A estratégia para a solução do problema das funções sintáticas utilizada pelo malgaxe é, com certeza, a mais radical das discutidas, porquanto ela nem deixa surgir o problema. Pois pela restrição de que NOM<sub>2</sub> tem que ser sujeito em S<sub>2</sub> se evita infalivelmente a situação de que se tenha que assinalar, para NOM<sub>2</sub>, uma função sintática própria, possivelmente diversa da de NOM<sub>1</sub>.

Pode-se dizer, por um lado, que o malgaxe necessita desta restrição. Pois, como vimos através de (24) — (26), a manifestação da função sintática de NOM<sub>2</sub> em S<sub>2</sub> não seria possível com os dispositivos disponíveis. Por outro lado, ele também pode permitir-se essa restrição, que, à primeira vista, parece reduzir grandemente as possibilidades da formação de ORs, pois ele possui, em vez das duas comuns, três vozes do verbo e pode, portanto, colocar mais constituintes na posição de sujeito do que outras línguas.

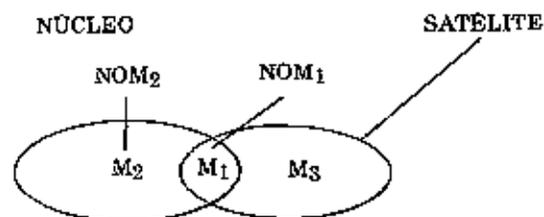
Keenan (1972:170s) chama "verb-coding" a estratégia de ORs do malgaxe, porque a informação sobre a função sintática dos nominais está colocada no verbo e não nos próprios nominais ou nomes, como nas línguas "noun-coding". Segundo a sua apresentação dos fatos, porém, fica-se com a impressão de que esse princípio de "verb-coding" não é, propriamente, uma especialidade da formação de ORs, mas é, antes, característico para toda a construção da frase. É que as três vozes não existem somente para a formação de ORs, mas parecem, antes, compensar a relativa pobreza da morfologia nominal. Estaríamos, portanto, perante uma relação parcialmente complementar entre as morfologias nominal e verbal, cujos pesos estão dispostos de modo diferente no malgaxe e em línguas como, p. ex., o latim. Se essa interpretação está certa, a estratégia de ORs do malgaxe e, particularmente, a sub-estratégia que resolve o problema das funções sintáticas encaixa-se naturalmente no dito princípio mais abrangente.

### 2.3 O problema da determinação e da quantificação

O terceiro problema resulta de uma maneira bem paralela ao segundo problema. É que, da mesma maneira que os dois nominais NOM<sub>1</sub> e NOM<sub>2</sub> podem ter funções sintáticas diferentes nas suas frases, eles poderiam, teoricamente, também vir acompanhados por determinadores e quantificadores diferentes e, por causa da relação especial entre NOM<sub>1</sub> e NOM<sub>2</sub>, um seria tão problemático como o outro. Na verdade, no entanto, a escolha de determinadores e quantificadores para NOM<sub>1</sub> obedece a restrições semânticas que se referem à escolha feita para NOM<sub>2</sub>. Compreende-se facilmente que quaisquer dependências que existam aqui devem dirigir-se, exclusivamente, neste sentido, visto que NOM<sub>2</sub> é o NÚCLEO, que deve ser dado previamente, para que seja possível a formação de NOM<sub>1</sub>, que parte dele.

É compreensível que os fenômenos da determinação e quantificação, que, aliás, estão ainda pouco explorados, se tornem ainda mais complexos pela situação esboçada. Contribui uma boa parte à confusão o postulado da identidade referencial de duas NP's, empregado por muito tempo na descrição de ORs e que conduz às contradições indicadas nas páginas 6s. Finalmente, o problema ainda não resolvido da restritividade de ORs desempenha um papel essencial nesse conjunto de problemas.

Vamos começar com o último ponto. No cap. 1 (p.7s) demos uma explicação extensional do conceito de NÚCLEO e da relação entre NOM<sub>2</sub>, que é o NÚCLEO, e NOM<sub>1</sub>. Segundo ela, no NÚCLEO é dado um conjunto de objetos M<sub>2</sub>, do qual se forma um subconjunto M<sub>1</sub> pela interseção com o conjunto M<sub>3</sub>, que é dado no "resto" de S<sub>2</sub>. Portanto, M<sub>1</sub> é a extensão de NOM<sub>1</sub> e M<sub>2</sub> é a de NOM<sub>2</sub>. Damo-nos uma idéia da situação num diagrama:



A OR serve, como dissemos, à formação de conceitos novos. Propriamente pode servir a este fim só quando M<sub>1</sub> for um subconjunto genuíno de M<sub>2</sub>. Quando, no entanto, M<sub>1</sub> e M<sub>2</sub> forem coextensivos

— e isso é o caso se  $M_3 \supset M_2$  — não é formado um conceito novo, mas só é caracterizado o conceito inicial <sup>32</sup>. Embora essa possibilidade não corresponda à destinação funcional da OR, não fica excluída pela EB que faz parte dessa destinação. Portanto, ela tem que ser considerada como o caso marcado.

Vamos chamar o caso em que M<sub>1</sub> é um subconjunto genuíno de M<sub>2</sub> de OR restritiva, e o caso em que M<sub>1</sub> é um subconjunto não-genuíno de M<sub>2</sub> de OR não-restritiva ou apositiva. A restritividade ou não-restritividade de uma OR é determinada, exclusivamente, pelas circunstâncias de determinação e quantificação que existem para NOM<sub>1</sub> e NOM<sub>2</sub>. Pois é evidente que um subconjunto genuíno pode ser formado, por predicção simples, do conjunto inicial dado em NOM<sub>2</sub>, só no caso de ainda não ser delimitada e determinada a extensão do conjunto inicial. Caso contrário, a predicção é percebida não como especificação, mas como caracterização. Isto implica, no entanto, que NOM<sub>2</sub> deve ser indefinido, ou mais precisamente, que não deve ser determinado ou quantificado <sup>33</sup>. Determinação e quantificação podem, em OR restritivas, acompanhar só NOM<sub>1</sub> <sup>34</sup>.

Não é fácil testar essa hipótese em línguas como o português que tem, por um lado, um sistema de determinação complicado, com artigo definido e indefinido, e, por outro, a estratégia latina para a formação de ORs, de maneira que determinação e quantificação aparecem sempre junto com o NÚCLEO situado fora da OR; ela parece até ser refutada por tais línguas. Fica portanto melhor se esclarecermos este ponto através de um caso simples, tal como existe no diegüenho. Para tanto, opomos nossa frase (9), que vem repetida aqui como (31) (b), à frase simples (31) (a).

(31) (a) ?əwa: + pu LY                    ?-ciyaw + x  
 casa + DEF + INESSIVO eu-cantar + ei  
 "Cantarei na casa"

(b) tanay ?əwa: + Ø                    ?-əwɪ: w + pu + LY  
 ontem casa + OBJ eu - ver + DEF + INESSIVO  
 ? - ciyaw + x  
 eu - cantar-ei

"Cantarei na casa que vi ontem".

O determinador *pu*, que assinala definitividade, segue imediatamente ao nome pertinente, como se vê em (31) (a). Ora, a mesma

32. Cf. os conceitos "especificação" e "caracterização" de Seiler (1960:21).

33. Cf. Chafe 1970:280.

34. Cf. Keenan 1972:169 seg.

regularidade vale para (b). A frase mostra claramente, pela sua construção, que a determinação 'definido' diz respeito a  $NOM_1$ , portanto ao NÚCLEO modificado pela OR, e não só ao NÚCLEO em si. Esse, em contrapartida, é não-definido em (31) (b).

Se confirmarmos no quadro que apresenta o dieguenho, podemos transferir a situação 35 a todas as ORs restritivas e lançar a hipótese de que o núcleo de ORs restritivas não é nunca determinado ou quantificado. Então, mesmo que os determinadores e quantificadores acompanhem o NÚCLEO em línguas como o português, que utilizam a estratégia latina, estes sempre se referem ao  $NOM_1$  inteiro, apenas representado pelo NÚCLEO. Essa hipótese teria um corolário, que apresenta uma razão parcial da estratégia latina, cuja característica, como vimos, é o afastamento do NÚCLEO da OR. Essa razão parcial seria constituída pela seguinte restrição, válida para as línguas respectivas, mas não, p. ex., para o dieguenho: a função sintática de nominais, bem como a determinação e quantificação, não podem ser assinaladas em todos os nominais, mas somente em nomes.

A hipótese de que, em línguas como o português, a determinação e a quantificação do antecedente das ORs restritivas se refiram sempre à totalidade de  $NOM_1$  é inteiramente plausível em termos semânticos. Examinemos alguns exemplos:

- (32) (a) Cantarei na casa que vi ontem.  
(b) Todo o lingüista que leu *Aspects* aprendeu tudo.  
(c) Todos os elefantes que têm boa índole podem ser mantidos como animais domésticos.

O postulado de identidade de dois NPs em ORs afirmaria que as frases em (32) conteriam as orações seguintes, respectivamente:

- (33) (a) Eu vi a casa ontem.  
(b) Todo o lingüista leu *Aspects*.  
(c) Todos os elefantes têm boa índole.

O mesmo resulta de toda a descrição que partisse do pressuposto de que a determinação e a quantificação nas ORs restritivas se aplicam ao antecedente. Na realidade, contudo, as frases (33) não estão contidas nas frases (32). Pelo contrário, para uma exposição semanticamente correta das relações de determinação e quantificação, as frases (32) devem ser colocadas entre colchetes da seguinte maneira:

- (34) (a) Cantarei em [a [casa que vi ontem]].  
(b) [Todo o [lingüista que leu *Aspects*]] aprendeu tudo.  
(c) [Todos os [elefantes que têm boa índole]] podem ser mantidos como animais domésticos.

(Assinale-se sempre aqui os colchetes externos 'NP<sub>1</sub>' e os internos 'NOM<sub>1</sub>'.)

Primeiramente, portanto, formam-se conceitos específicos, com base nos encontrados no léxico, tais como "lingüista, que leu *Aspects*", os quais então serão determinados e quantificados.

O mesmo não acontece nas ORs apositivas. Elas distinguem-se das restritivas justamente por terem seu NÚCLEO anteriormente determinado ou quantificado. Isto também é inteiramente plausível em termos semânticos, conforme indicam os exemplos seguintes.

- (35) (a) O Sr. Maier, que já escreveu muito, ainda não é famoso.  
(b) Nós, que já escrevemos muito, ainda não somos famosos.  
(c) Estes lingüistas, que já escreveram muito, ainda não são famosos.

Estas frases contém realmente as frases (36).

- (36) (a) O Sr. Maier já escreveu muito.  
(b) Nós já escrevemos muito.  
(c) Estes lingüistas já escreveram muito.

Os sujeitos destas frases, que são os NÚCLEOS nas ORs (35), já estão determinados. O "Sr. Maier" é *único*, não formando, portanto, uma classe, "nós" e "esses lingüistas" são *definidos*.

A hipótese de que os NÚCLEOS das ORs apositivas sejam determinados ou quantificados, enquanto que os das restritivas não o são, explica também a ambigüidade estrutural 36 de diversas ORs que possuem uma interpretação restritiva e outra não restritiva:

- (37) (a) Certas sugestões que tu fazes são viáveis.  
(b) Os elefantes que têm boa índole podem ser mantidos como animais domésticos.

Em uma das interpretações das frases, o quantificador, respectivamente o determinador, tem que ser ligado com  $NOM_2$ . Cada uma das frases contém então respectivamente as frases (38).

- (38) (a) Tu fazes certas sugestões.  
(b) Os elefantes têm boa índole,  
têm as seguintes paráfrases

36. Apenas nos casos mais raras as ORs são realmente ambíguas neste sentido, pois normalmente a curva de entonação especial marca as ORs apositivas de forma satisfatória. O procedimento descritivo sugerido também oferece, aliás, possibilidades para a exploração das diferentes curvas de entoação. Nas ORs restritivas o conceito a ser formado e a ser determinado é constituído de NÚCLEO e SATELITE, por este motivo a curva de entoação flui continuamente no limite de ambos. Nas ORs apositivas o sítio do conceito já é indicado pelo NÚCLEO, e o escopo da determinação não atinge o SATELITE, daí ser apropriada uma quebra na curva de entoação.

35 que pode ser explicada aqui, por ociosidade de material, apenas através de um exemplo único.

(39) (a) Tu fazes certas sugestões e elas são viáveis.

(b) Os elefantes têm boa índole e podem ser mantidos como animais domésticos.

são ORs positivas.

Na segunda interpretação, o quantificador, respectivamente o determinador, tem que ser ligado com  $NOM_1$ . Nesse caso, as frases (37) não contém as frases (38), e devem sim ser colocadas entre colchetes da seguinte forma:

(40) (a) [Certas [sugestões que tu fazes]] são viáveis.

(b) [Os [elefantes que têm boa índole]] podem ser mantidos como animais domésticos.

Elas têm a paráfrase:

(41) (a) Algumas das sugestões que fazes são viáveis.

(b) Aqueles elefantes que têm boa índole podem ser mantidos como animais domésticos.

e são ORs restritivas.

As relações entre  $NOM_1$  e  $NOM_2$ , no tocante à determinação e à quantificação, devem ser formuladas da seguinte maneira: se  $NOM_2$  não está nem quantificado nem determinado,  $NOM_1$  poderá ser quantificado ou determinado à vontade. Se  $NOM_2$  já está quantificado ou determinado,  $NOM_1$  não poderá ser quantificado ou determinado.

### 3. Problemas e estratégias

Vimos que línguas diferentes adotam estratégias muito diversas para a solução dos problemas decorrentes da significação. Quando examinadas de forma bem abstrata, essas tarefas são as mesmas para todas as línguas; foi-nos possível colocar a EB (1) e formular os problemas surgidos quase que independentemente das línguas particulares. O mesmo problema, porém, apresenta-se de modo bem diverso em cada língua, de acordo com a estrutura respectiva. O problema da função sintática, por exemplo, é muito diferente para o malgaxe e para o latim. Eis porque os problemas do tipo já discutido se assemelham a uma moeda com seus dois lados, um lado referindo-se às funções gerais da significação e não se voltando para as línguas particulares, outro referindo-se a estruturas linguísticas específicas e voltando-se para as línguas particulares<sup>37</sup>.

37. Cf. Sailer 1974:71 seg. quanto ao conceito análogo de "princípio".

Concluindo-se que os problemas da significação se apresentam de forma diversa em cada língua, proíbe-se naturalmente a postulação de que sua solução através de meios estruturais seja obrigatória para cada língua. Pelo contrário, tal conclusão tem por consequência que um problema em uma língua pode apresentar-se de forma a dispensar completamente uma solução por meios estruturais. O dieguenho, por exemplo, não soluciona o problema do NÚCLEO 38, e poder-se-ia afirmar que a estratégia de OR do dieguenho opera em todos os pontos muito próxima da EB, de modo a dispensar a solução deste problema específico. Tais hipóteses, considerando-se o estado atual das pesquisas, não passam por certo de especulações. É possível que, em uma hierarquia, as funções da significação tenham pesos diferentes e que as mencionadas aqui possuam um peso menor. Em todo o caso, não lhes deve ser rotulado o status de "solução obrigatória", o rótulo deve antes ser: "caso o problema não for solucionado por meios estruturais, surgirão ambigüidades sintáticas sistemáticas". Somente a estrutura da língua particular poderá decidir se uma solução por meios estruturais é possível e necessária<sup>39</sup>, ou se é preferível contentar-se com ambigüidades sintáticas — que são geralmente eliminadas pela estrutura semântica e pelo contexto linguístico e extralinguístico.

38. Segundo Håk 1972:116 seg. o basco, em determinadas construções, não soluciona o problema das funções sintáticas para  $N_2$ .

39. Cf. Lehmann 1974, Parte I.

## BIBLIOGRAFIA

- Benveniste, E. - 1957 - "La phrase relative, problème de syntaxe générale", in: Benveniste 1966:208-222.
- Benveniste, E. - 1966 - *Problèmes de linguistique générale* - Paris: Gallimard.
- Chafe, W.L. - 1970 - *Meaning and the structure of language* - Chicago/London: Univ. of Chic. Press.
- Fauconnier, G.F. - 1971 - *Theoretical implications of some global phenomena in syntax* - San Diego (Calif.): University (Diss.). Ann Arbor: University Microfilms 71-278991.
- Gorbet, L. - 1972 - *How to tell a head when you see one: Disambiguation in Diegueño relative clauses* - San Diego: Univ., Linguistics Dept. (mimeo).
- Keenan, E.L. - 1972 - "Relative clause formation in Malagasy (and some related and some not so related languages)" in: Peranteau/Levi/Phares (eds.) 1972:169-189.
- Lehmann, C. - 1974 - "Prinzipien für 'universal 14'" in: Seiler (ed.) 1974:69-97.
- Lyons, J. - 1968 - *Introduction to theoretical linguistics* - Cambridge: Univ. Press.
- Peranteau, F.M. - Levi, J.N. - Phares, G.C. (eds.) - 1972 - *The Chicago which hunt* - Papers from the relative clause festival - April 13, 1972 - a paravolume to *Papers from the Eighth Regional Meeting* - Chicago: CLS.
- Rijk, R.P.G. de - 1972 - "Relative clauses in Basque: a guided tour" - in: Peranteau/Levi/Phares (eds.) - 1972:115-135.
- Schachter, P. - 1973 - "Focus and relativization" - *Lg.* 49:19-46.
- Seiler, H. - 1960 - *Relativsatz, Attribut und Apposition* - Wiesbaden: Harassowitz.
- \_\_\_\_\_ - 1973 - "Das Universalienkonzept" - in: Seiler (ed.) 1973:6-19.
- \_\_\_\_\_ - 1974 - "The principle of concomitance: Instrumental, comitative and collective" - in: Seiler (ed.) 1974:2-55.
- Seiler, H. (ed.) - 1973 - *Linguistic Workshop I - Vorträge zu einem Universalienprojekt* - München: Fink.
- \_\_\_\_\_ - 1974 - *Linguistic Workshop II - Arbeiten des Kölner Universalienprojektes 1973/74* - München: Fink.
- Stockwell, R.P. - Schachter, P. - Partee, B.H. - 1973 - *The major syntactic structures of English* - New York u.a.: Holt, Rinehart & Winston.